



Instituto das Cidades
Universidade Federal de São Paulo
Campus Zona Leste



Escola de Cidadania do Belém Waldemar Rossi

Aula:

Políticas Públicas - caráter público do Estado

Profa. Patrícia Laczynski

23.09.2019

O que é política pública?



Instituto das Cidades
Universidade Federal de São Paulo
Campus Zona Leste



Políticas públicas

- A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato faz.
- A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.

SOUZA, 2006



Instituto das Cidades
Universidade Federal de São Paulo
Campus Zona Leste



Políticas públicas

- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.
- A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.
- A política pública, embora tenha impactos a curto prazo, é uma política de longo prazo.

SOUZA, 2006



Instituto das Cidades
Universidade Federal de São Paulo
Campus Zona Leste



O que é Estado?



Instituto das Cidades
Universidade Federal de São Paulo
Campus Zona Leste



Estado

- ▶ Organismo político-administrativo
- ▶ Ocupa um território determinado
- ▶ É dirigido por governo próprio
- ▶ Constitui-se pessoa jurídica de direito público, internacionalmente reconhecida

Estado

- ▶ No Brasil, compreende os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário
 - ▶ Poder Executivo: representado pelo presidente da república, por 27 governadores dos Estados e do Distrito Federal e pelos prefeitos dos 5.563 municípios
 - ▶ Poder Legislativo: 513 deputados federais (representam população), 81 senadores (representam Estados e Distrito Federal); deputados estaduais (nas assembleias estaduais) e vereadores (nas Câmaras municipais)
 - ▶ Poder Judiciário:
 - ▶ Supremo Tribunal Federal (STF)
 - ▶ Superior Tribunal de Justiça (STJ)
 - ▶ Tribunal Superior Eleitoral (TSE)
 - ▶ Tribunal Superior do Trabalho (TST)
 - ▶ Superior Tribunal Militar (STM)
 - ▶ Tribunais Regionais Federais
 - ▶ Tribunais Regionais do Trabalho
 - ▶ Tribunais Regionais Eleitorais
 - ▶ 27 Tribunais Regionais de Justiça (nas capitais)

Teorias sobre Estado

- Até os anos 1970: duas grandes tradições científicas:
 - Abordagem estatal (*Sociedade produzida pelo Estado*);
 - Abordagem pluralista (*Estado produzido pela Sociedade*).

MULLER e SUREL, 2002



Instituto das Cidades
Universidade Federal de São Paulo
Campus Zona Leste



Estado do Bem Estar

Garantia de
renda mínima

Seguridade
social

Previdência;
Assistência social;
Saúde.

Educação

Habitação

Alimentação



Estado do Bem Estar

- Estado provedor – *Welfare State*
- Valores:
 - Justiça social
 - Ordem política
 - Igualdade / eficiência
- Resultado das profundas transformações desencadeadas a partir do século XIX:
 - Industrialização (razões econômicas); e
 - Causas políticas (pacto para garantia dos direitos completos da cidadania).



Teorias sobre Estado

- Anos 1970:
- Enfraquecimento progressivo do Estado
- Como objeto da ciência política:
“esquecimento”

MULLER e SUREL, 2002



Instituto das Cidades
Universidade Federal de São Paulo
Campus Zona Leste



Teorias sobre Estado

- Anos 1980: questionamento do Estado:
- Desregulamentação e crise do Estado providência
- A questão do Estado volta pelo viés da análise das políticas públicas
- Existência de uma multiplicidade de racionalidades concorrentes no interior do Estado, sustentadas por atores, interesses diferentes e também do que poderia ser o interesse geral.

MULLER e SUREL, 2002



Instituto das Cidades
Universidade Federal de São Paulo
Campus Zona Leste



Sociologia da Ação Pública

- A sociologia da Ação Pública reconhece a centralidade do Estado, mas preocupa-se em compreender a relação do ator estatal com os outros atores sociais;
- A sociedade recorre a múltiplas formas de tratamento dos seus problemas coletivos e a esfera pública, apesar de central, é apenas uma possibilidade;
- A questão política é central. Quais as formas de relação do Estado com a Sociedade?

Do Estado positivo ao Estado regulador

- Três tipos principais de intervenção pública do Estado na economia:

Redistribuição
de renda



Pós 2ª GM: prioridade máxima dos governos da Europa ocidental

Estado do Bem Estar Social (Estado positivo)

Estabilização
macroeconômica



Regulação de
mercados

Anos 70:
Desemprego
Altas taxas de inflação

Privatização
Regulação dos bens públicos (gás,
eletricidade, água, ferrovias, telefone)



Do Estado positivo ao Estado regulador

Quadro 1: Comparando dois modelos de governança

Modelos	Estado positivo	Estado regulador
<i>Itens comparados</i>		
<i>Funções principais</i>	Redistribuição, estabilização macroeconômica.	Corrigir falhas de mercado.
<i>Instrumentos</i>	Tributação (ou tomar fundos emprestados) e dispêndio.	Formulação de regras.
<i>Arena principal de conflito político</i>	Alocações orçamentárias.	Revisão e controle da formulação de regras.
<i>Instituições características</i>	Parlamento, departamentos ministeriais, empresas nacionalizadas, serviços de bem-estar social.	Comissões parlamentares, agências e comissões independentes, tribunais.
<i>Atores-chave</i>	Partidos políticos, funcionários públicos, grupos corporativos.	Movimentos em prol de questões singulares, reguladoras, peritos, juizes.
<i>Estilo de políticas</i>	Discrecionário.	Limitado por regras, legalista.
<i>Cultura de políticas</i>	Corporativista.	Pluralista.
<i>Responsabilização política</i>	Direta	Indireta

Stéphane Hessel

INDIGNAI-VOS!

Tradução: Marly Peres

Reprodução eletrônica:

Mensanapress

Artesanato gráfico e editorial

2011

Indignai-vos!

Stéphane Hessel

Noventa e três anos. Pode-se falar em etapa final. O fim não está longe. Que sorte poder aproveitar para lembrar o que serviu de base ao meu engajamento político: os anos de resistência e o programa elaborado há 66 anos pelo Conselho Nacional da Resistência! Devemos a Jean Moulin, no âmbito desse Conselho, a reunião de todos os componentes da França ocupada, os movimentos, os partidos, os sindicatos, para proclamarem sua adesão à França combatente e ao único chefe que ela reconhecia: o general De Gaulle. De Londres, onde me juntara a De Gaulle em março de 1941, soube que esse Conselho havia organizado um programa e que o tinha adotado em 15 de março de 1944, propondo para a França libertada um conjunto de princípios e de valores sobre os quais se apoiaria a moderna democracia de nosso país. (1)

Mais do que nunca, hoje temos necessidade desses princípios e valores. Precisamos nos manter vigilantes, todos juntos, para que esta continue sendo uma sociedade da qual nos orgulhemos; não a sociedade dos imigrantes sem documento, das expulsões, das suspeitas aos imigrantes; não a sociedade na qual sejam questionadas as aposentadorias, os direitos adquiridos da Previdência Social; não a sociedade na qual a mídia está nas mãos dos ricos - todas essas coisas que teríamos recusado avaliar se fôssemos os verdadeiros herdeiros do Conselho Nacional da Resistência.

Após um drama cruel, em 1945 houve uma ressurreição ambiciosa a que se dedicaram as forças presentes no seio do Conselho da Resistência. Vale lembrar que naquela ocasião foi criada a Seguridade Social, como queria a Resistência, que estipulara expressamente em seu programa: “Um plano completo de Seguridade Social, visando a assegurar meios de existência a todos os cidadãos, em todos os casos em que eles não tenham capacidade de conseguilas pelo trabalho”; “uma aposentadoria que permita aos trabalhadores idosos encerrarem dignamente seus dias”. As fontes de energia, a eletricidade e o gás, as minas de carvão, os grandes bancos foram nacionalizados. Era o que esse programa também preconizava, “o retorno à nação dos meios de produção monopolizados, fruto do trabalho comum, das fontes de energia, das riquezas do subsolo, das companhias de seguro e dos grandes bancos”; “a instauração de uma verdadeira democracia econômica e social, implicando a evicção dos grandes feudos econômicos e financeiros que comandam a economia”. O interesse geral deve sobrepujar o particular, a justa divisão das riquezas criadas pelo mundo do trabalho deve primar sobre o poder do dinheiro. A Resistência propunha “uma organização racional da economia, assegurando a subordinação dos interesses particulares ao interesse geral, liberado da ditadura profissional instaurada à imagem dos Estados fascistas”, e o Governo provisório da República assegurava a continuidade.

Uma verdadeira democracia tem necessidade de uma imprensa independente; a Resistência sabia disso, e assim o exigia, defendendo “a liberdade de imprensa, sua honra e sua independência com relação ao Estado, aos poderes do dinheiro e às influências estrangeiras”. Era isto

o que repetiam os decretos sobre a imprensa, já em 1944. Ora, é isto que hoje está em perigo.

A Resistência apelava para “a possibilidade efetiva, para todas as crianças francesas, de se beneficiarem da educação mais desenvolvida”, sem discriminação; ora, as reformas propostas em 2008 vão contra esse projeto. Jovens docentes, cuja ação eu apoio, chegaram a se recusar a aplicá-las, e viram seus salários reduzidos a título de punição. Eles se indignaram, “desobedeceram”, julgaram essas reformas muito afastadas do ideal da escola pública, muito a serviço de uma sociedade do dinheiro, e que não mais desenvolve suficientemente o espírito criativo e crítico.

É toda a base das conquistas sociais da Resistência que está sendo agora contestada. (2)

Referências bibliográficas

- ▶ ARRETCHE, Marta T. Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas. In: BIB, Rio de Janeiro, n. 39, 1º . Semestre, 1995. pp.3-40.
- ▶ HESSEL, Stéphane. Indignai-vos. Objectiva, 2014.
- ▶ MAJONE, Giandomenico. Do Estado positivo ao Estado regulador: causas e conseqüências de mudanças no modo de governança. Revista do Serviço Público, v. 50, n. 1, p. 5, 1999.
- ▶ MULLER, Pierre e SUREL, Yves. *A Análise das Políticas Públicas*. Educat, 2002
- ▶ SOUZA, C. (2006). Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez, p. 20-45.

